

**CHECK-LIST PREFEITURAS – GALPÃO RURAL**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **ITEM**  |  **DOCUMENTO**   | **STATUS**  **(Ok ou Pendente)**   |
| 1  |  **Ofício** encaminhado ao Secretário da Seag, contendo:  |   |
| a)  |  **Justificativa** no interesse público com a participação do Estado na atividade agropecuária, contendo: - Finalidade para o bem público (como será utilizado); - Quantidade de famílias a serem beneficiadas.  |    |
| b)  |  **Nome, Telefone e correio eletrônico de contato** de servidor da prefeitura para prestar informações e ser informado sobre o andamento da solicitação.  |    |
| c)  | Identificação do **Tipo de Galpão** pleiteado (Tipo 01 ou Tipo 02)  |   |
| 2  | **Relatório fotográfico (Anexo I).**  |   |
| 3  | **Cartão CNPJ Prefeitura.**  |   |
| 4  | Cópia **Termo de Posse** do Prefeito  |   |
| 5  | Cópia dos **documentos pessoais** do (a) Prefeito (a): RG, CPF e comprovante de residência.  |    |
| 5.1  |  **Certidões de Regularidade Fiscal e Trabalhista:**  |   |
| 5.2  | Certidão de Regularidade com a Fazenda Pública Federal |   |
| 5.3  | Certidão de Regularidade com a Fazenda Pública Estadual  |   |
| 5.4  | Certidão de Regularidade quanto aos depósitos das parcelas do FGTS  |   |
| 5.5  | Certidão de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho  |   |
| 6  | **Comprovação** do exercício pleno dos poderes inerentes à **propriedade do** **terreno**, mediante certidão emitida pelo cartório de registro de imóveis competente - ver Apêndice I  |   |

**APÊNDICE I - SOBRE A COMPROVAÇÃO PROPRIEDADE DO TERRENO**

1 - Excepcionalmente, e desde que configurado o interesse social e comprovado a adequada relação custo/benefício, é admissível que se comprove tão somente a posse quando tratar-se de:

I - área desapropriada ou em desapropriação pelo Município;

II - área devoluta;

III - imóvel recebido em doação:

a) da União ou Município, já aprovada em lei federal ou municipal, conforme o caso e se necessária, inclusive quando o processo de registro de titularidade ainda se encontre em trâmite; ou

b) de pessoa física ou jurídica, inclusive quando o processo de titularidade ainda se encontre em trâmite, neste caso com promessa formal de doação irretratável e irrevogável.

2 - Em qualquer situação em que o imóvel for de propriedade de fato do Município em decorrência de não possuir escritura pública, admite-se como comprovação da posse a declaração do chefe do executivo municipal informando a situação fática do imóvel, acompanhado de relatório fotográfico.

Observação: Para esta comprovação foram adotados como referência as condições dispostas no art.20, VI do Decreto Estadual nº 2737-R/2011 e suas alterações.

**ANEXO I - RELATÓRIO FOTOGRÁFICO**

***[todos os textos apresentados entre colchetes "[]" devem ser removidos do documento]***

[\* INSTRUÇÕES: (1) Devem ser colocadas fotos que caracterize a necessidade da intervenção no ponto em específico ou trecho. (2) As fotos devem ter as dimensões de (12 x 7,51) cm, posição centralizada na página e constarem de sua legenda embaixo da figura com a descrição do serviço a ser realizado. (3) Todas as fotos devem ser datadas e georreferenciadas.]



Figura - [Descrição do Serviço] [Ex: Remoção de Barreira]

[Nome do Município] -ES, [Data]

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

[Nome do Prefeito Municipal]